

Editorial

A Escola de Inteligência da ABIN apresenta à sociedade brasileira a 20ª edição da Revista Brasileira de Inteligência (RBI). Por vários motivos, essa edição constitui-se em um marco para a Agência e para os leitores interessados em assuntos de Inteligência de Estado.

O número consagra o projeto iniciado em 2024 de aprimoramento da RBI nos moldes científicos mais rigorosos, com adoção das melhores práticas editoriais. Reafirmamos nosso compromisso com a democratização do conhecimento, reforçando o acesso aberto a todos os artigos da Revista e a possibilidade de submissão gratuita de contribuições pelos autores.

Destacamos, ainda, a publicação contínua preconizada pela Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scientific Electronic Library Online – SciELO), uma mudança que nos possibilitou agilizar a difusão do conhecimento, oferecendo amplo acesso e no menor tempo possível ao que há de mais avançado na literatura brasileira sobre as temáticas de Inteligência, mantendo os leitores na vanguarda das discussões.

O novo modelo da RBI está alinhado também ao objetivo de promover o campo interdisciplinar dos estudos sobre a Atividade de Inteligência. Esse objetivo foi revigorado com o lançamento, em maio de 2025, da Rede de Pesquisa em Inteligência Estratégica, iniciativa inédita no Brasil que visa à articulação entre universidades e instituições nacionais para estimular e fortalecer reflexão crítica na área.

Com apoio da Rede, a ABIN publicou, em dezembro de 2025, o segundo relatório ostensivo prospectivo “Desafios de Inteligência – Edição 2026” – convidamos os leitores interessados na temática de Inteligência a acessá-lo, gratuitamente, no repositório da Escola Nacional de Administração Pública

(Enap), outra escola de governo parceira da Esint.

É importante destacar, ainda, que todas essas iniciativas convergem para os esforços de consolidação da ABIN como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), conforme anunciado em evento com autoridades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em novembro de 2024. Esse outro marco histórico permite que a ABIN celebre acordos e convênios com órgãos públicos, agências de fomento, empresas privadas ou outras ICTs públicas ou privadas, para execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

É nesse ânimo, em meio a tantas ações de fomento à “cultura de inteligência”, que oferecemos aos leitores, na atual edição da RBI, dez artigos científicos. O conjunto de textos aborda, primeiramente, a questão da criminalidade transnacional, com o artigo “Narcossubarinos no Oceano Atlântico: crime transnacional emergente, desafios para o Brasil”. Em seguida, o segundo artigo traz contribuições para o aprimoramento do processo de produção do conhecimento de Inteligência, sob o título “A aplicação das técnicas de análise estruturadas no processo de análise de Inteligência”.

O terceiro, intitulado “Formalizando a inclusão da neurodiversidade na Inteligência e defesa nacional do Brasil”, oferece um novo olhar sobre as contribuições que a inclusão e a diversidade têm a oferecer aos trabalhos da Inteligência e da Defesa no Brasil. O quarto artigo aborda os limites das estratégias atuais de enfrentamento à questão da radicalização virtual terrorista com o título “A inadequação da estratégia da deterrance diante da radicalização virtual terrorista”.

O quinto artigo, “Inteligência de Estado e ética no Brasil”, investiga os paradigmas éticos e sua aplicação à inteligência. O sexto artigo, “Matriz SOC de difusão: uma ferramenta prática em auxílio à velocidade informacional”, busca mapear desafios e oferecer solução aos problemas de integração das informações no âmbito da Atividade de Inteligência.

O sétimo artigo, sob o título “Aplicação dos fundamentos da Metodologia da Produção do Conhecimento para a Inteligência Cibernética”, aborda os problemas que se situam na interface entre a metodologia de produção do conhecimento e as questões específicas afetas à inteligência e a defesa cibernéticas. O oitavo artigo, “Parâmetros legais para o uso estatal de ferramentas tecnológicas potencialmente intrusivas para fins de segurança”, trata, por sua vez, dos problemas que se situam na interface entre as questões jurídicas e

o uso de ferramentas tecnológicas.

O nono artigo investiga, sob o título “A exploração de fatores humanos e tecnológicos em campanhas de desinformação patrocinadas por Estados-nações”, o emprego de ações estruturadas de desinformação por parte de atores estrangeiros como instrumento de interferência externa. Por fim, o décimo artigo, no formato de “artigo curto”, é intitulado “Desafios na formação de recursos humanos em Inteligência Estratégica de Defesa” e analisa o processo de formação e capacitação de recursos humanos por parte do Exército Brasileiro para a Atividade de Inteligência Estratégica de Defesa.

Manifesto profundo agradecimento a autores, pareceristas e editores pelo trabalho que, juntos, agora entregamos. Aos leitores, espero que encontrem nesta edição oportunidade de análise cuidadosa sobre uma atividade que muito tem a contribuir para integridade e prosperidade do Estado brasileiro.

Boa leitura!

Anna Cruz
Diretora da Escola de Inteligência da ABIN